

SESSÕES DO PLENÁRIO

26ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de abril de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (60) O Deputado Samuel Júnior encontra-se licenciado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há sobre a mesa um requerimento dirigido ao Exm.^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

(Lê) “*Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

O Projeto de Lei n.º 22.998/2018, de Autoriza do Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. - Embasa e a KFW Entwicklungsbank, e dá outras providências.”

O Requerimento tem a assinatura de mais de 21 Srs. Deputados.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Rogério Andrade Filho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 11 e 12/3/2019.

Do Deputado Capitão Alden comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 2 e 3/4/2019.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 24^a, realizada em 8 de abril de 2019; das sessões especiais: 9^a e 10^a, realizadas em 4 de abril de 2019, e 11^a, realizada 5 de abril de 2019.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente.
(Oradores inscritos)

Com a palavra o primeiro orador inscrito do Pequeno Expediente, deputado Jacó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Boa tarde Sr.^a Presidenta, nobres colegas deputados e deputadas, pessoal da *TV ALBA*, colegas, funcionários da Casa, pessoal da imprensa, da tribuna. Eu gostaria de parabenizar a equipe médica do Hospital Roberto Santos, em especial o coordenador do serviço de neurologia, Leonardo Avellar, pela realização de cirurgia rara, a segunda no estado da Bahia, que durou mais de 6 horas. Os médicos retiraram um tumor da cabeça da paciente Adriana Miranda, 34 anos, e precisaram que ela permanecesse acordada durante todo o procedimento, já que se tratava de uma área do cérebro delicada, responsável pela linguagem.

Então vão aqui os meus parabéns para a equipe do Hospital Roberto Santos, para o nosso secretário Fábio Vilas-Boas e para o nosso Rui “Correria”. É a Bahia, a saúde da Bahia mostrando os seus resultados, avançando e melhorando a vida das pessoas.

Também quero parabenizar o governador Rui Costa e o secretário Jerônimo Rodrigues pela indicação do meu amigo e companheiro César Lisboa para a chefia de gabinete da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

O companheiro Cézar, carinhosamente chamado de Cezinha, deputada Maria del Carmen, é uma pessoa extremamente qualificada, uma pessoa do diálogo, compreende a realidade do nosso estado e com certeza vai ajudar e muito a melhorar a Educação no nosso estado. Parabéns, secretário Jerônimo, por essa indicação e com certeza a população da Bahia vai saber agradecer e reconhecer o trabalho de vocês. Gostaria também de chamar aqui... Uma convocação à sociedade baiana: o MST, na Bahia, inicia hoje, nesta quarta-feira, dia 10, a Marcha Estadual Lula Livre. São mais de 2.500 trabalhadores e trabalhadoras sem-terra de 10 regiões do nosso estado, que vão sair de Camaçari em direção a Salvador para protestar contra a prisão arbitrária do ex-presidente Lula, que acaba de completar 1 ano, e pedir a reforma agrária.

Aproveito para informar ainda que no dia 17, próxima quarta-feira, aqui nesta Casa, teremos um ato político em memória dos mártires de Eldorado dos Carajás. Um episódio sangrento da história deste país, quando 21 trabalhadores sem-terra foram assassinados no Pará.

Também no dia 17 estaremos comemorando os 35 anos de fundação do MST na Bahia e no Brasil principalmente.

Gostaria de mandar um recado para o nosso povo de Palmeiras. Recebi em nosso gabinete o presidente do PT de Palmeiras, o companheiro Cézar Enfermeiro, quando discutimos a conjuntura social local, discutimos demandas daquele município tão importante, que é Palmeiras, para o desenvolvimento da Chapada Diamantina, um município que tem a vila do Capão, que é uma vila, um povoado conhecido em todo o mundo e é um município que contribui muito com o turismo aqui do nosso estado. Eu tive a oportunidade de receber esse jovem político, que preside o meu partido, o companheiro Cézar, que é um enfermeiro comprometido com políticas sérias e sem dúvidas tem um futuro promissor naquela cidade, naquele município. Quero dizer ao povo daquela terra que estarei ao lado do companheiro Cézar Enfermeiro, para buscar cada vez mais políticas públicas para melhorar a vida do nosso povo.

Para finalizar, eu gostaria de pedir, em ressonância ou em concordância com a fala de ontem da deputada Olívia Santana...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) eu gostaria, deputada, que nós pudéssemos aqui ficar de pé, pelo menos ficar aqui 20 minutos de pé, em homenagem à família e ao povo do Rio de Janeiro, porque nós não podemos concordar com aquela atrocidade que acometeu aquela cidade: foram 20 tiros, um massacre, algo desnecessário. Eu acho que esta Casa também... em apoio à sua fala de ontem, que eu gostaria de parabenizar, pedir aqui 20 ou 10 segundos de silêncio em homenagem...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) àquelas famílias em luto.

Então, 1 minuto de silêncio em homenagem ao povo do Rio de Janeiro e à família enlutada daquele nosso povo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deferida, deputado Jacó, sua solicitação, 1 minuto de silêncio em homenagem ao sofrimento daqueles que perderam a vida no Rio de Janeiro.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

(Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Aquele que foi assassinado, vítima dos soldados, aquela atrocidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, deputados e deputadas, membros das Galeria, imprensa que nos ouve, nossos colaboradores da Casa, hoje, no Senado, foi aprovado um projeto que permite às mulheres, deputada Maria del Carmen e deputada Olívia, vítimas de agressão, poderem ter decretada sua medida protetiva numa comarca que não tenha juiz, possa ser decretada sua medida protetiva por um delegado ou policial.

Isso significa que podemos salvar vidas de mulheres agredidas, que saem de suas casas para denunciar numa delegacia especializada em atendimento à mulher, o agressor fica na sua casa e, após a denúncia, ela não tem para onde voltar. Muitas vezes essas medidas protetivas, no atual sistema, necessitam que se faça o boletim de ocorrência, que ela dê entrada no Ministério Público, que procure a Defensoria, mais 24 horas, que seja emitida a medida protetiva. E muitas mulheres, inclusive mulheres baianas, algumas delas aqui muito próximas de nós, são vítimas de feminicídios, quando ao denunciarem seus agressores, não têm para onde ir, voltam para suas casas e, antes mesmo de terem decretadas as suas medidas protetivas, são assassinadas brutalmente.

Nós temos índices de feminicídios que nos chocam. Índices esses que, certamente, não só com as medidas protetivas e com a ampliação das redes de proteção às mulheres nós vamos evitar. É também com a mudança do Código Penal, feito na Justiça Federal, ampliando as penas, facilitando, desburocratizando as medidas protetivas e com ações educacionais e ampliação de delegacias e Rondas Maria da Penha. Aliás, nós colocamos aqui nesta Casa, de volta, uma indicação ao governador, que havia sido colocada em 2015, que é a criação do Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Esse Fundo, a exemplo do Fundo, deputada Maria del Carmen, que está tramitando no Senado, ele permite que sejam feitas, além das dotações orçamentárias, que nós sabemos que num momento de crise muitas vezes ficam comprometidas, doações de pessoas físicas e jurídicas, doações de organismos internacionais e doações e incorporações de imóveis. Isso é importante, porque é um fundo cuja rubrica fica específica para enfrentamento da violência contra a mulher. E isso faz com que a gente tenha a garantia de ampliação do número de delegacias, da rede de proteção às mulheres, enfim, de casas de abrigo, de casas de

passagem, de campanhas educacionais de enfrentamento e de empoderamento das mulheres. Isso é extremamente importante.

Recentemente, deputada Olívia, junto com a Comissão das Mulheres, a bancada feminina, nós fizemos uma nova indicação em que sugerimos o nome Eva Luana para esse fundo estadual e também solicitamos uma audiência com o governador Rui Costa, para que nós possamos ratificar esse pedido conjunto e, junto com a secretária Julieta, para a criação, a importante criação do fundo estadual de enfrentamento da violência. Temos certeza da sensibilidade do governador. Temos certeza de que, no momento, em que discutimos o PPA, nós vamos conseguir emplacar e temos certeza de que vamos salvar muitas Evas Luanas de assassinatos, mas vamos também coibir a violência doméstica, a violência contra a mulher no nosso estado. Mas eu queria aproveitar para também fazer aqui um elogio ao trabalho das comissões, deputado Targino. Nós que presidimos a Comissão de Educação... ontem não tive a oportunidade de justificar... V. Ex.^a queixava-se do trabalho da Casa, do plenário, em que concordo em parte, mas também se referia às comissões. Na Comissão de Saúde, da qual sou membro titular e na Comissão de Educação Ciência e Tecnologia e...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Serviços Públicos, nós tivemos todas as sessões absolutamente repletas de deputados. Só na Comissão de Educação já tivemos três audiências públicas, uma delas com a Secretaria da Educação, a outra com a presença da Ciência e Tecnologia e ontem o uso medicinal do canabidiol. Fora nós termos discutido uma agenda extensa. Na da Saúde, o Planserv, o café da manhã com o secretário... Enfim, nós estamos, pelo menos nas Comissões...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) das quais faço parte, trabalhando para que esta seja uma Casa democrática, de oitiva, de debate dos vários pleitos que aqui chegam. Nós estamos encaminhando todos os pleitos e, mais recentemente, nós vamos ter aqui distribuídos, na próxima sessão, os projetos pertinentes, deputado Rosemberg, às comissões temáticas.

Quero também fazer, por fim, um elogio ao nosso presidente Nelson Leal que, pela primeira vez, faz uma reunião com todos os presidentes de comissão para, deputado Eduardo Alencar, exatamente acelerar o projeto de análise e pareceres dos vários projetos de deputados que devem tramitar pelas comissões temáticas, evitando, assim, pareceres no plenário.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Concluindo, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Então deixo aqui, para concluir, o nosso esforço e o nosso registro em relação às comissões das quais faço parte, estando debatendo temas importantes para a sociedade baiana.

Obrigada pela sua tolerância, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, vamos rezar, deputados. Vamos rezar para ver se o governo, lá em Brasília, para de tanta loucura. O ministro chanceler, ministro das Relações Exteriores, deputado Rosemberg, o nosso ministro das Relações Exteriores, deputado Targino, disse que o nazismo foi um partido de esquerda. Olhem que loucura. O novo ministro da Educação, nomeado ontem, disse que os proprietários das empresas de comunicação – viu, Tiago Correia – tipo Globo, Roberto Coelho, Sílvio Santos são comunistas. Os proprietários das corporações financeiras são comunistas. Quer dizer, está todo mundo doido em Brasília, deputado Targino.

Imagina a família Setúbal, que assalta o povo brasileiro, 20 bilhões de lucro em um ano, bilhões! 20 bilhões num país pobre como o Brasil, é comunista. Eu não sei se ouvi direito ou estou ficando doido ou são eles que estão ficando doidos.

Imagine o atual, nomeado ontem, ministro da Educação. O chanceler, que já trocou aí o embaixador, o presidente da empresa, a Fapex, que cuida da exportação. Já foram substituídos dois diretores, dois presidentes da Fapex nesses três meses.

Então só nos cabe rezar. É claro que não votei no Bolsonaro, mas como brasileiro tenho certeza absoluta de que a gente torce para que acerte. Mas a cada dia é mais loucura. E vejam que ele quer botar o filho, o vereador lá, louco do Rio de Janeiro, o tal de Carlos, para ser ministro. Vocês viram que ontem, anteontem, deputada Olívia, ele disse que o Carlos, filho dele, o preferido, poderia e deveria ser ministro.

Vejam que situação o nosso Brasil está vivenciando! Ainda bem que acredito que há homens sérios compondo o governo. Há muitos militares sérios que querem o bem do país. O Paulo Guedes é um grande economista e a gente espera que ajude o nosso presidente. Nosso, quero dizer que é do Brasil. Não tem nada a fazer, a não ser esperar a próxima eleição, que no regime democrático é a hora de se mudar ou manter o dirigente. Que eles acertem...vejam que nós já estamos no meio do mês quatro do ano de 2019... na Educação, milhões de alunos sendo prejudicados, paralisaram o Fies, no Minha Casa Minha Vida, deputada Maria del Carmen, não se fala mais.

E aí quem paga a conta novamente, e como sempre, é a população mais humilde que depende dessas políticas públicas. São milhões de estudantes que não têm condições de pagar, deputado Targino, pagar aí no comércio em que viraram as faculdades, com raríssimas exceções. O ensino também no Brasil virou comércio.

Deputado Pedro Tavares, eu me considero jovem e comecei a estudar pelo primário, deputado Tiago. Agora, não, estão começando a estudar pela pós-graduação, pelo mestrado. Todo mundo no Brasil, deputado Jacó, é pós-graduado, é mestre. Mas depois, quando vão para uma entrevista, com raríssimas exceções, muitos não sabem fazer nem um “ó” com o copo, porque é faculdade agora em qualquer roça. Virou comércio, infelizmente.

É claro que todos devem ter acesso à educação, que é o principal motor de desenvolvimento em qualquer país, agora não pode essa esculhambação. Salvo engano, eu vi em uma reportagem que em 2018 foram abertos 1318 cursos ...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de Direito no Brasil. Então, a conta não fecha. Você imagine a loucura em que se transformou o nosso país.

No Horário das Representações Partidárias eu irei falar aqui sobre a greve da Uneb, dos estudantes e o papel do governador, esse grande governador Rui Costa nessa hora.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, colegas deputados e deputadas, quero também me dirigir a uma escola municipal que trouxe seus alunos e alunas, hoje, para visitar a nossa Assembleia. Sejam bem-vindos, bem-vindas essa criança...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Permita-me, deputada, anunciar que é a Escola Municipal Deputado Cristóvão Ferreira, lá de Itacaranha, que está aqui conosco.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Ótimo. Parabéns, sejam bem-vindos. (Palmas) Então, eu quero... Deputada Maria del Carmen, eles estão encantados ao se verem na tela. Deputada Maria del Carmen eu quero, aqui, fazer uso da palavra primeiro, para informar a esta Casa, ao conjunto dos deputados e deputadas que nós tivemos mais uma reunião da Comissão dos Direitos da Mulher.

Na manhã de hoje tivemos a nossa reunião de uma forma muito representativa. Das dez mulheres nove participaram e apenas a deputada Fabíola teve um problema de saúde, não pôde estar presente, mas foi uma reunião muito positiva. Nós aprovamos as treze audiências públicas itinerantes que esta Casa realizará no território do nosso estado. A ideia é levar a Comissão dos Direitos da Mulher para dialogar nos municípios polos, principalmente com os segmentos das câmaras de vereadores, prefeituras e mulheres que sofram situação de violência doméstica. E tratar também de articular as redes de proteção em defesa dos direitos das mulheres.

Então, considero que foi muito positiva essa reunião. E também fizemos a eleição, por acordo. Por unanimidade na comissão nós elegemos, hoje, a deputada Jusmari vice-presidente da nossa comissão, considerando que a deputada Mirela não vai poder mais exercer tal função e ela mesma fez a solicitação da sua substituição. Por acordo também com o Líder da Maioria, Líder da Minoria, nós substituímos o deputado Jânio Natal pela deputada Jusmari. O.k.? Então, eu quero reiterar as boas-

vindas à deputada Jusmari e dizer que a nossa comissão está funcionando a pleno vapor.

Encerro essa parte, presidenta, e abro uma outra questão que é, na verdade, uma denúncia aqui. Eu fui procurada pela cacica Cátia Tupinambá, que é uma liderança, uma defensora dos direitos humanos na Bahia, do município de Belmonte, e que está numa situação de muita vulnerabilidade. Há uma disputa de terra muito pesada na região.

Ainda que haja decisão, tanto do TRF-1, quanto do STF, favorável à posse de terra para a comunidade indígena Tupinambá na região, os conflitos não cessaram, porque muitos fazendeiros têm se colocado no sentido de disputar e invadir a faixa de terra que seria das comunidades indígenas. Já há situação de pessoas desaparecidas. Também um filho da cacica Cátia foi assassinado, há uma suspeita de assassinato. Ele foi baleado em 2017, e depois sofreu um acidente de carro muito suspeito, e veio a óbito. Ele morreu vítima de atropelo, depois de uma tentativa de assassinato.

Então, esse é um caso muito grave. Ela pede ajuda desta Casa, da Assembleia Legislativa. Nós já vamos encaminhar o caso para a Comissão dos Direitos Humanos, porque entendo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que principalmente levando em conta robustez de documentação e de decisões judiciais favoráveis à comunidade indígena, não é possível que essa comunidade fique à mercê do arbítrio de disputas, principalmente com grandes fazendeiros que detêm o poder econômico. Inclusive, a empresa Veracel é uma das empresas acusadas de estar fazendo pressão...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e invadindo essas terras de domínio da comunidade indígena Tupinambá.

Então, fica aqui...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) o registro e eu peço à Comissão de Direitos Humanos que, por favor, acompanhe junto conosco, este caso.

É isso, e obrigada, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Imprensa, primeiro eu gostaria de fazer aqui um registro. No último domingo se comemorou o Dia Nacional do Jornalista. E eu fico feliz por fazer parte, também, desta categoria. E ao mesmo tempo quero parabenizar a todos os jornalistas desta Casa, tanto os da *TV ALBA*, como os que fazem a cobertura nos gabinetes dos Srs.

Deputados. E também a todos os meios de comunicação que têm um jornalista. Sintam-se todos contemplados.

E eu gostaria também de parabenizar o Sinjorba, na pessoa de Marjorie Moura, que é a presidente do Sindicato dos Jornalistas do estado da Bahia. Quero aqui parabenizar tanto os jornalistas baianos, como também do Brasil Este deputado também está incluído nessa profissão.

Mas, Sr.^a Presidente, hoje nós tivemos na Comissão de Meio Ambiente, a visita do representante do movimento dos atingidos por barragens, o Sr. Moisés Borges, que fez um esclarecimento e também trouxe ao nosso conhecimento a importância que esse movimento tem. E também, ao mesmo tempo, a preocupação com a forma, como os direitos da população atingida pelas barragens estão sendo violados. Ele mostrou que hoje, na Bahia, são mais de 150 mil pessoas. Então isso, realmente, é preocupante. Ele disse que as pessoas nem sequer são avisadas no momento em que as empresas estão construindo as barragens. Nem a população é avisada. Então isso fica à mercê realmente de quem? Depois que tudo foi aprovado, a construção, depois que já estão construindo é que eles vêm a saber. Então essa é a primeira violação: a falta de comunicação, a falta de respeito.

E por isso há pessoas, famílias que depois que foram desabrigadas, naquele local, perderam até o contato com os outros familiares. Quer dizer, ninguém sabe para onde foram. Então isso falta... É uma falta de respeito.

Agora a fiscalização que cabe ao poder público estadual, ao município realmente é uma das principais causas. Por quê? Porque eles nem sequer atendem às pessoas que já foram violentadas! O movimento não tem acesso aos órgãos competentes. Por exemplo: o Inema, eles não têm acesso ao Inema para receber as informações. Então isso falta realmente o quê? Um diálogo. Há falta de respeito dos próprios gestores, tanto do município... A Câmara de Vereadores também está passando sem respeitar... As Câmaras, quando eu falo a Câmara, eu estou falando de uma forma geral, onde os municípios que têm as barragens que já foram construídas sem avisar à população, as que já estão em andamento a construção.

Então, a população está sendo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) totalmente lesada. Inclusive ele deixou até o exemplo da Barragem de Boninal, que são mais de cem famílias. Essa barragem já está sendo construída. E até agora essas famílias não foram nem sequer avisadas.

Então...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) aqui eu trago esse registro da importância que foi essa audiência pública que tivemos hoje. E esperamos agora que o poder público, inclusive o nosso vice-presidente, deputado Marcelino Galo, que estava presente...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado. (...) vai fazer essa ponte – para concluir – para que os órgãos competentes possam dar ouvidos às vozes de mais de 150 mil famílias que estão aí sendo, realmente, esquecidas.

Muito obrigado, deputada.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Jusmari Oliveira pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, as minhas palavras, hoje, nesta tribuna, são de extrema gratidão. Gratidão à Comissão dos Direitos da Mulher. E quero estender a todas as deputadas, em nome da presidente Olívia, que preside aquela comissão tão bem e que, na semana atrasada, fez aqui a sessão especial do Dia da Mulher e emocionou a todos sob a sua condução.

Gratidão, porque cheguei a esta Casa e – claro, como represento uma região extremamente agrícola, que tem na agricultura a sua mola mestra – eu pedi ao meu partido que me indicasse para a Comissão de Agricultura, onde fui eleita presidente e onde, graças a Deus, com a ajuda de todos os pares, estamos fazendo um trabalho importante para a agricultura baiana. E, também, fui indicada como membro titular da Comissão de Infraestrutura, sob a liderança do nosso querido presidente Pedro Tavares.

Mas não podia eu ficar de fora da Comissão dos Direitos da Mulher, uma vez que, apesar de ser a maior bancada histórica da Assembleia Legislativa, somos ainda apenas dez mulheres deputadas nesta Casa. E pedi às minhas colegas deputadas, lá na comissão, que me ajudassem a encontrar a forma de ser membro titular daquela comissão. Obtive delas o apoio, ao qual estou aqui para agradecer.

Mas quero registrar um agradecimento muito especial aos líderes das bancadas desta Casa: o Líder da Bancada da Maioria, deputado Rosemberg, e o Líder da Bancada da Minoria, Targino, que entenderam acordar para que eu pudesse fazer parte daquela comissão. E aí vai o meu agradecimento maior ao deputado Jânio Natal, que, a pedido dos líderes, deixou o espaço naquela comissão para que eu pudesse participar.

Então, hoje, Sr.^a Presidente, as minhas palavras são de gratidão a todos, mas, mais honrada e emocionada, posso dizer, ao chegar na Comissão fui acolhida não só com o abraço das colegas, não só com a comunhão daquele colegiado, mas fui eleita vice-presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher. E isso para mim é muito importante, é muito significativo! Primeiro, porque tenho um compromisso com todos os baianos de defender tudo aquilo que visa, nesta Casa, promover o desenvolvimento socioeconômico e político do nosso estado, fortalecer o povo baiano e garantir a soberania do nosso estado. Mas é claro que o compromisso é muito especial com as baianas.

Infelizmente, nós ainda temos que chegar numa Casa Legislativa e destacar a questão do avanço das mulheres no desenvolvimento socioeconômico da nossa sociedade em separado, porque não podemos tratar esse assunto com igualdade, mas, sim, com equidade.

E é nesse sentido que eu faço o compromisso de defender as baianas na Comissão dos Direitos da Mulher. E, hoje, como primeira pauta, numa discussão importante que a deputada Olívia Santana e as minhas colegas já vêm desenvolvendo naquela comissão: levar a comissão ao interior do estado, levar a comissão ao encontro das mulheres, das baianas, que não podem estar aqui...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) na Assembleia para participar dos debates. Eu também fui agraciada com o voto unânime das minhas colegas em incluir uma audiência pública na cidade de Barreiras, a sede do território do Rio Grande, onde, na Câmara de Vereadores daquela cidade, minha terra querida, nós vamos promover esse debate maravilhoso. E debate digno da qualidade, do valor...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dessas mulheres que integram a Comissão dos Direitos da Mulher.

Obrigada, Sr.^a Presidente, também pela sua participação em todo esse histórico que eu relatei aqui. E digo a todos vocês: estou muito feliz e muito comprometida com o compromisso que assumo hoje. Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero me dirigir, inicialmente, à deputada Fabíola Mansur, para dizer que vou continuar fazendo, lançando desafios às comissões no sentido que elas possam produzir mais. Reconheço que a mídia, nesta legislatura, nessas últimas semanas, cometeu equívocos falando da baixa produção da Assembleia. Eu acho que foi por falta de notícia. Porque, na verdade, estou aqui há 20 anos e estou este ano feliz, nesta legislatura, porque estou vendo a Casa pulsando. E esta Casa não pulsa somente no plenário. Esta Casa precisa pulsar nas comissões, até porque as comissões estão mais perto do povo. Importante, deputada Fabíola, as audiências públicas. E a Comissão de Educação tem sido, tem feito... Porque estou me dirigindo a V. Ex.^a e, na verdade, todas estão funcionando bem, mas a senhora, deputada, tem feito um protagonismo nesse quesito. Mas o que eu espero das comissões é algo mais. Que se façam as audiências públicas, que as comissões possam agir de forma itinerante, indo ao encontro da sociedade, mas que as comissões temáticas tenham a responsabilidade de complementar o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, muito bem presidida pelo professor José Raimundo. Não adianta a Comissão de Constituição e Justiça fazer a análise, como tem feito, dos projetos, aprovar os projetos, se as demais

comissões não cumprirem o seu papel, aprovando esses projetos para trazê-los para o plenário, porque este plenário é absolutamente dependente não só da presença, deputado Zé Raimundo, dos deputados. Este plenário é absolutamente dependente da produção legislativa das comissões. Se as comissões não produzem, nós, aqui, vamos ficar sem produção legislativa, porque nós somos dependentes, o plenário é dependente das comissões. É isso que eu quero falar.

Agora, eu tenho pressa, Srs. Deputados, eu tenho pressa. E sempre manifestei a pressa de ver esta Casa trabalhando. E vou aproveitar a oportunidade que o grupo me deu, a bancada me deu, me fazendo Líder para exercer o desfraldar das minhas ideias, da minha vontade de fazer esta Casa trabalhar mais, porque fico profundamente chateado quando vejo a Assembleia assumir na imprensa... E a imprensa assumir com a Assembleia uma certa má vontade, falando mal, dizendo que a Assembleia não está trabalhando. Para que não se fale mal da Assembleia, vamos fazer a Assembleia trabalhar, vamos fazer a Assembleia votar e produzir. Para isso o plenário precisa das comissões. As comissões estão bem. Agora, deputado Zé Raimundo, as comissões temáticas precisam votar os projetos que V. Ex.^a, com os seus pares, está liberando na Comissão de Constituição e Justiça.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Como tem pressa, Sr.^a Presidente, eu quero dizer que deveremos votar por acordo aqui, hoje, com a Bancada do Governo, o Projeto de Lei de nº 23.096/2019, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

Na verdade, coloca...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) o § 2º...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, pela ordem, para continuar falando.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: (...) que coloca nesse projeto, no § 2º, no art. 20, que diz o seguinte: (Lê) “*O docente em regime de tempo integral com dedicação exclusiva poderá exercer cargo em comissão ou função gratificada na Universidade ou função de Secretário Estadual e de Ministro de Estado, hipóteses em que poderá afastar-se, total ou parcialmente, das atividades de ensino, pesquisa ou extensão, devendo fazer opção de remuneração nos termos da legislação em vigor*”.

Nós já assinamos a dispensa de formalidade. E quero prevenir ao nobre Líder do Governo que providencie trazer ao plenário o número de deputados. Até recomendo aos deputados da Bancada da Oposição que estiverem aqui presentes que ajudem o quórum desta sessão para votação, sem intransigência, sem radicalismo, porque foi isso que eu me comprometi a fazer.

Agora, deputado Alden, não tenho dificuldade que as pessoas possam falar que a gente está ajudando o governo. O que eu não posso é deixar de cumprir um princípio constitucional da razoabilidade. No governo federal existe lei desse tipo. Por exemplo, um líder...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Targino Machado: Cinco minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já tem. Tá. Faltam dois.

O Sr. Targino Machado: Cinco minutos da questão de ordem.

Existe, já existiu um secretário de estado, na Bahia, que foi governador, que foi secretário durante 8 anos, que era professor de faculdade – faculdade federal –, que dava aula à noite sem dificuldade, que foi o ex-governador Paulo Souto. Então por que vale para o governador Paulo Souto e não vai valer para um secretário neste governo ou em qualquer outro governo? Nós não estamos aprovando uma lei para o governo Rui Costa, nós estamos aprovando uma lei para a Bahia.

Então não tenho dificuldade para assim me comportar, porque eu tenho pressa de ver essa Casa funcionando e aprovando as leis. E a boa lei, não a lei que me agrada. A boa lei não é a lei que agrada ao governo ou agrada à Oposição. A boa lei é aquela que vai ao encontro dos anseios da sociedade, de cada um dos cidadãos.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos, Líder da Maioria nessa Casa.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, só por uma questão, porque a gente combinou...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu ia dizer.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Isso.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Houve um acordo entre os líderes para prorrogação do Pequeno Expediente, para que nós entrássemos, logo a seguir, na Ordem do Dia.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Ok.

Então, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, servidores, imprensa, visitantes, na realidade, eu hoje recebi aqui os representantes das universidades estaduais do estado da Bahia, junto ao deputado Paulo Rangel, deputado Zé Raimundo, deputada Fabíola, nesse momento, não pôde estar presente, mas está, também, imbuída no sentido de buscar uma solução para esse impasse que versa sobre as universidades estaduais.

Ainda ontem nós recebemos um PL que versava sobre a promoção de professores de uma dessas universidades. E na prudência... E colocamos isso para os determinados representantes, que nós precisávamos encontrar um impasse. Nós estamos vivendo um momento de muita dificuldade no plano nacional, no plano dos estados, no qual a maioria dos estados está numa situação muito difícil para honrar os

seus compromissos, inclusive com os servidores. E que não é o caso da Bahia, que tem honrado compromisso com os servidores, sem nunca atrasar os salários um dia sequer.

Por isso que nós fizemos uma ponderação. Primeiro para que pudesse ampliar os benefícios para os professores das quatro universidades, que reabrisse o processo das negociações e os professores suspendessem a paralisação para que houvesse essa abertura das negociações.

Eu espero que todos nós estejamos imbuídos dessa importância, porque a Universidade do Estado da Bahia cumpre um papel significativo do ponto de vista da formação de professores, na geração de novos conhecimentos na área da pesquisa e na área da extensão.

Então, nós recebemos... foi iniciativa da Liderança do Governo. E procuramos sensibilizar as partes, tanto o governo quanto os servidores, para a importância de retomar as atividades acadêmicas e abrir o processo de negociação, e que essa proposta fosse ampliada para as quatro universidades.

Quero, aqui, agradecer ao deputado Targino por entender a importância de votarmos o projeto, também, dos professores, que amplia e garante a condição de que os professores em dedicação exclusiva possam assumir funções de estado, mas também possam, no seu tempo necessário, assumir a sua razão de ser como professor, que é lecionar.

E queria fazer um apelo, aqui, deputado Targino, ao Tribunal de Justiça da Bahia. É que eu vi noticiado que uma presidiária aqui, na Bahia, passou no vestibular da Universidade Federal da Bahia e foi impedida de realizar essa atividade, ou seja, de se matricular... aliás, houve a matrícula, mas ela não está estudando. Que se criasse a condição, porque eu entendo – independentemente do mérito, do crime cometido, se foi grande, pequeno, médio, não quero entrar nisso –, eu acho que...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) isso é uma demonstração, de fato, de ressocialização do indivíduo que cometeu um crime.

É lógico que se criando as condições de saída e de volta, dentro do que o regime permite. Mas que a gente não possa perder uma oportunidade dessa de sensibilizar outras pessoas que cometeram ilícitos para que elas possam se redimir, inclusive voltando...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a estudar nas universidades públicas do estado da Bahia ou em qualquer local do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Alan Castro, pelo tempo de até 5 minutos.

(Pausa)

Como o deputado Alan Castro...

Deputado Alan Castro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN CASTRO: Sr.^a Presidente, colegas deputados, imprensa na tribuna, nossos eleitores e amigos que nos ouvem pela *TV ALBA*, hoje saiu uma matéria no jornal *A Tarde* falando de uma coisa da qual eu já tinha falado na semana passada, que eu tinha debatido com nosso amigo Targino, em relação à questão do fechamento dos ambulatórios de HIV no Hospital Geral Roberto Santos.

Na verdade, não foi fechamento. Hoje, com o novo Couto Maia, viu, Sr.^a Presidente?, hoje, com o novo Couto Maia, Targino, meu colega deputado e médico – grande médico em Feira de Santana e que, com certeza, vai ser o futuro prefeito de Feira de Santana –, com mais de 1.500 vagas de leitos para infectologia, com especialistas dedicados, que é um hospital dedicado a tratar não só o HIV como outras doenças infectocontagiosas, não fazia sentido o Hospital Geral Roberto Santos, um hospital escola, estar focando na questão da infectologia já que o estado, hoje, fez um novo Couto Maia, uma grande reforma no governo Rui, o nosso “Rui Correria”. Inclusive, nosso deputado Targino conhece a obra e a aprova.

Então, não faz sentido, hoje, o Hospital Geral Roberto Santos, que é um hospital escola, que, inclusive, ontem foi pioneiro na América Latina ao realizar a primeira cirurgia neurológica com o paciente acordado. O que, inclusive, hoje foi matéria no jornal *A Tarde* também, falando dessa cirurgia que é inédita na América Latina, porque o paciente tinha um tumor cerebral no campo da imagem e da linguagem e precisaria de uma equipe médica qualificada e de equipamentos de última geração para realizar essa cirurgia com o paciente acordado, justamente para não comprometer, deputada Fabíola, o centro da linguagem, porque foi um tumor na região da linguagem do cérebro.

Então, a questão do Couto Maia... realmente, fechou-se o ambulatório de HIV no Hospital Geral Roberto Santos porque o Couto Maia, hoje, é referência. Hoje, é um novo Couto Maia, com 1.500 leitos à disposição para cuidar de infectologia, e não há desabastecimento de medicações.

As consultas? Os pacientes não estão tendo dificuldade alguma de marcar as consultas.

A Comissão de Saúde aqui... Eu estou falando porque, hoje, eu sou o presidente da Comissão de Saúde e tenho a obrigação de fiscalizar o governo em relação a isso. A Comissão de Saúde está aberta ao diálogo com o LGBT, que fez a denúncia no Ministério Público, para sanar quaisquer dúvidas e intermediar qualquer problema que tenha com o governo.

Mas, como médico, eu sei da importância do Couto Maia, hospital totalmente reformado. Então, o governo do estado está de parabéns. Hoje, os baianos têm um local específico para cuidar de infectologia, que é o nosso novo Couto Maia, com grandes médicos, grandes professores, grandes pesquisadores.

E quero lembrar ainda que o Couto Maia atende a cerca de 1.500 consultas/mês em diversas especialidades. Não é só HIV: a gente tem hepatite B, hepatite C, leptospirose, sífilis, herpes, entre outras doenças infectocontagiosas.

Então, fica, aqui, o apelo ao LGBT, e dizer que foi melhor para eles, realmente, ter um Couto Maia totalmente reformado. O Roberto Santos não era um hospital de referência em tratamento do HIV. E que a comissão, junto comigo, com nossa Dr.^a Fabíola, que é deputada também e faz parte da comissão, o nosso vice, Alan Sanches, Arimateia, está aberta, aqui, para receber...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.

(...) para receber o grupo LGBT e sanar qualquer dúvida, e intermediar qualquer dificuldade que tenha no governo do estado.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há um acordo celebrado entre as lideranças desta Casa. Passamos diretamente para a Ordem do Dia.

Há uma solicitação...

Horário das Lideranças Partidárias...

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há sobre a mesa um requerimento ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia

Legislativa:

(Lê) “*Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº*

23.096/2019, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2019.”

Assinado pelos dois Líderes: deputado Rosemberg Pinto, pela Maioria, e o deputado Targino Machado, pela Minoria.

A presidência desta sessão defere o requerimento.

Em discussão e votação o Projeto de Lei nº 23.096/2019, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.352, de 2 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, tenho a honra de, como presidente da Comissão de Educação desta Casa, ser a relatora do projeto de lei encaminhado pelo Executivo, que altera a Lei nº 8.352, de 2 de setembro de 2002, lei essa que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

Logicamente, a Constituição Federal e a nossa Constituição do estado rezam que um professor universitário dedicado ao ensino, pesquisa e extensão pode, sim, colocar, e deve colocar e ser estimulado a colocar, capitão Alden, a sua expertise a serviço do bem público. Então, essa proposição visa aprimorar as regras de afastamento dos docentes do magistério, valorizando a prestação de serviços à administração pública.

É verdade, deputada Maria del Carmen, faço questão de dizer, que nós propusemos, a pedido de alguns professores, algumas emendas que poderiam estender ainda mais esse benefício, não só para secretário estadual e ministro do estado, mas também para agências de fomento e secretários municipais.

Nós tivemos a promessa de uma discussão *a posteriori* com o Líder do governo, com o nosso governador, para que a gente não perca essas expertises que temos no estado e que, certamente colaborariam, deputado Jacó, nos vários municípios, nas agências de fomento, em comissões de pesquisa para benefício, tenho certeza, deputado Robinson, do povo baiano e do desenvolvimento da Bahia.

Mas considero um avanço esse aprimoramento.

Já quero, aqui, registrar que o Líder da Minoria, deputado Targino Machado, também encaminhou a sua bancada para votar favoravelmente por acordo, por entender que esse aprimoramento do Estatuto do Magistério das Universidades é, efetivamente, um bem para a Bahia e um projeto bom para a Bahia e, certamente, tem o acordo desta Casa para votar à unanimidade.

(Lê) “*PARECER*”

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.096/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia”.

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Ex.^{mo} Sr. Governador, o projeto que ora passo a relatar, propondo alteração na Lei nº 8.352/2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, visando

“aprimorar as regras de afastamento do docente do Magistério Superior, valorizando a contribuição prestada pelos referidos servidores à Administração Pública”, conforme registra a Mensagem Governamental.

A modificação proposta vem incluir, entre as possibilidades de afastamento das atividades de ensino dos docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o exercício de função de Secretário Estadual e de Ministro de Estado, uma vez que, pela regra atual, a permissão restringia-se apenas ao exercício de cargo em comissão e função gratificada na universidade.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria dos Deputados Hilton Coelho e Soldado Prisco, propondo alterar o conteúdo integral e o objeto do Projeto de Lei nº 23.096/2019, através da modificação do art. 22 da Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, estabelecendo a diminuição da carga horária de docentes em tempo integral com dedicação exclusiva - respeitado o mínimo de 8 horas-aula semanais - para realização de trabalhos de pesquisa e extensão. Opino pela rejeição, uma vez que o art. 22 da referida Lei nº 8.352/2002 foi revogado pela Lei nº 14.039, de 20 de dezembro de 2018. De acordo com a alínea “c” do inciso III do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, não é possível alterar dispositivo revogado ou aproveitar a numeração desta. Assim, não é possível proceder à modificação proposta.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como a inexistência de qualquer reserva quanto ao seu mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 10 de abril de 2019.”

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer da relatora, no âmbito das comissões.

O Sr. Hilton Coelho: Para discutir, Sr.^a Presidente.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Quero solicitar uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Targino.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos regimentais, fizesse o chamamento dos deputados por cada comissão; e ratificar o que a deputada Fabíola apresentou será também feito nas próximas oportunidades, tanto no processo de regulamentação, quanto na apresentação de um outro projeto que possa estar aprimorando ainda mais o Estatuto do Magistério.

Existe um pedido de verificação de quórum no âmbito das comissões.

Marquem o tempo de 15 minutos.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há quórum no âmbito da Comissão de Educação Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há quórum no âmbito da Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle.

Em votação o parecer da relatora.

Os Srs. Deputados, que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

Em discussão o Projeto de Lei nº 23.096/2019, do Poder Executivo, que altera a Lei n.º 8.352, de 02 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

Em discussão.

O Sr. Hilton Coelho: Para discutir, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para discutir o deputado

Hilton Coelho.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidenta, demais deputadas, deputados, subo a esta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 23.096/2009, muito em função do debate que tem sido realizado pela comunidade universitária das nossas universidades estaduais.

A primeira coisa que precisa ser dita é que esse estatuto, o Estatuto do Ensino Superior da Bahia, foi uma conquista da categoria, já na época em que se enfrentava um governo com traços marcadamente conservadores do grupo do ex-senador Antônio Carlos Magalhães. Um processo de mobilização que passou por ocupações

da universidade, ocupações da própria secretaria, muita manifestação de rua e, acima de tudo, muito debate sobre o que seria esse estatuto, de uma categoria que é tão importante para a Bahia.

Hoje, nós tivemos um processo de negociação, ou melhor, uma discussão, não uma mesa de negociação, mas uma discussão com a categoria. E eu falava sobre isso: como um estado tão desigual como a Bahia precisa das suas universidades para nós encontrarmos perspectivas que nos tire desse quadro de 6ª economia e 24º estado em condições sociais de vida.

A Comissão de Educação, junto com a Comissão de Saúde, fez uma audiência conjunta pública para discutir sobre o uso do Canabidiol. E uma das coisas que se abordou lá foi o papel da universidade, se não me engano, de Pernambuco, na produção do Canabidiol, que é uma alternativa utilizada para as crianças, adolescentes, autistas, enfim, para as pessoas que têm epilepsia.

Para se ter uma ideia, na audiência pública, a gente teve uma informação de uma mãe que estava na audiência e disse que, por dia, a filha dela, que tem alguns anos de idade, tinha em média de 80 a 100 convulsões, diariamente. São 80 a 100 convulsões! E o que ocorreu? Com a utilização daquele medicamento, que vem da folha da maconha, isso caiu de maneira muito significativa.

Mas quem teve um papel fundamental, quem tem tido um papel fundamental lá em Pernambuco, deputado Osni, – você que com certeza investiu muito na pesquisa, na medida das forças de uma prefeitura para se ter um trabalho de geração de trabalho e renda, na cidade de Serrinha –, quem teve o papel central foi a Universidade de Pernambuco, a Universidade Pública de Pernambuco.

Então discutir qualquer alternativa para esse estado tão desigual passa centralmente por nossas universidades. Então não estamos discutindo qualquer coisa quando falamos do Estatuto do Ensino Superior no nosso estado. E esse Estatuto que foi garantido através de muita luta da categoria, desde 2002, nunca passou por qualquer alteração.

O movimento teve uma pujança tão grande que, mesmo passando por mais um governo carlista, por três governos do PT, o estatuto nunca foi alterado. Qual a primeira alteração que aconteceu? Final do ano passado. Infelizmente, as entidades declararam publicamente que só souberam que a votação tinha ocorrido em novembro. Só tiveram consciência disso no início de 2019. E agora nós podemos fazer uma nova alteração do estatuto, sem que, mais uma vez, isso seja debatido com a comunidade, seja debatido com a categoria dos professores das universidades estaduais.

Então, para nós isso é um absurdo muito grande, porque a categoria dessa vez, já avisada, aprovou um posicionamento contrário a esse projeto. Ela entende que dedicação exclusiva, não pode ser alterada dessa forma. Precisa ter uma relação direta da dedicação exclusiva com o retorno para a própria universidade, especialmente, claro, para a pesquisa e para a extensão. E que essa abertura de possibilidade da dedicação exclusiva, mesmo sem ônus para a universidade, vai desvirtuando algo que

é uma espécie de cristal, que deve ficar intocável para a comunidade universitária a menos que, obviamente, ela faça o debate e decida por legitimar a alteração.

Não é o caso. Nós tivemos duas alterações. Como eu disse: a primeira, a comunidade nem ficou sabendo que iria acontecer, foi no contexto daquela reforma do governo Rui Costa, terrível, que alterou a alíquota da Previdência Social, colocou em risco a própria existência da Conder, extinguiu o Centro Industrial de Subaé.

Enfim, aquela reforma administrativa terrível que foi feita, retirou mais a responsabilidade do governo com o Planserv. Naquele contexto se colocou a emenda para se fazer a alteração no estatuto, diminuindo a carga horária das educadoras e educadores, dos professores universitários para a pesquisa e extensão, o que compromete mais uma vez o futuro desse estado.

Então nós não podemos estar aqui observando a extinção da EBDA, observando a extinção da Conder, a extinção da Ebal.

Enfim, a máquina pública sendo destruída e a penalização da nossa universidade estadual com o desrespeito flagrante à categoria, que tem uma consciência enorme do que é esse estado e o que é o seu papel enquanto categoria.

Por isso, nós queremos pedir aqui um voto contrário a esse projeto. Acho que todas aquelas pessoas que têm o compromisso real com o futuro da Bahia e respeitam a universidade como um caminho importante, como um instrumento fundamental em que não se pode pensar em transformação social, sem passar por essa instituição. Então, as pessoas têm essa contribuição, deputadas e deputados, devem votar contra esse projeto.

Então, quero finalizar dizendo que nós estamos num contexto de greve das universidades estaduais. O governo inclusive retirou a urgência de um projeto que visava tirar parte do contingenciamento dos recursos da UESC. Esse projeto poderia vir a votação. Teria um pedido de urgência aprovado ontem, mas a Liderança do Governo retirou essa proposta de urgência.

Mas o que foi mais importante nesse trajeto é que a UESC, mesmo sabendo que o governo cogita romper esse contingenciamento de maneira fragmentada em relação à UESC, a universidade, hoje pela manhã, aprovou a participação direta na greve. Ou seja, a UESC está em greve também em defesa das universidades estaduais. Ainda que pudesse vir a ser privilegiada em relação as outras universidades estaduais, a UESC não se rendeu e entrou em greve.

Agora há pouco, nós tivemos na assembleia da Adunec na Uneb. Lá, nós pedimos uma salva de palmas para esta assembleia tão corajosa da UESC que mostrou, claramente, que tem uma perfeita consciência do papel da unificação das universidades em defesa da qualidade desta instituição para toda a Bahia em relação, portanto, a todas as universidades estaduais.

Então, em respeito a esta categoria e a esta instituição tão importante para nós, alterarmos este trajeto de uma bela, mas tão triste Bahia que nós, do PSOL, pedimos o voto contrário, não apenas da Bancada da Oposição desta Casa como também da Bancada do Governo.

Existe uma trajetória de compromisso com a causa das maiorias. Sabe-se que esta causa das maiorias, necessariamente, passa por uma reflexão apurada sobre a realidade. Isso, nesse sentido, é incontornável se considerarmos o papel das universidades estaduais.

O voto do PSOL, neste sentido, será contrário a este PL.

Nós convocamos todas as deputadas e todos os deputados para ter uma postura coerente com a defesa de um outro rumo para a Bahia votando, contrariamente, também, a este projeto.

Concluimos a nossa fala com a expectativa de que a universidade seja respeitada e este projeto seja derrotado.

Obrigado a todas as deputadas e deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em votação o Projeto de Lei nº 23.096/2019, de procedência do Poder Executivo.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Quero solicitar a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria, primeiro, pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes para que a gente possa ter o quórum de 32 deputados para que possamos votar este projeto de interesse do estado da Bahia.

São 25 minutos. V. Ex.^a pode marcar regimentalmente para que a gente possa ter o quórum necessário.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Peço marcar o tempo regimental de 25 minutos.

Convido os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, eu aproveitaria, também, este tempo para chamar os demais deputados. Peço a todos os deputados marcar as suas presenças.

Já zerou?

Vou dar a minha presença aqui.

Mas gostaria de dizer que, ontem, na reunião de Líderes e Vice-Líderes, nós recebemos o presidente da Embasa com muita satisfação. Digo isso porque sou do setor elétrico, mas pertenço a mesma federação. São duas categorias que estão no mesmo ramo dos urbanitários. Trabalhei muito com recursos hídricos.

Bem, a Bahia, mais especificamente Salvador e a Região Metropolitana, vai receber equipamentos modernos na área de saneamento básico, onde, pela primeira vez, nós estaremos, aqui, instalando uma estação de tratamento de água que será alimentada, energeticamente, por biocombustível, produto do gás proveniente do esgotamento sanitário. Isso é uma inovação.

Já deu quórum, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Já há número para votação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 23.096/2019...

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Encaminho o voto favorável à Bancada da Minoria.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O Líder da Minoria encaminha favorável

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Para encaminhar o voto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o deputado Rosemberg para encaminhar o voto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Também, encaminho o voto no sentido da aprovação do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O deputado Rosemberg Pinto encaminha, também, pela aprovação do projeto.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei n.º 23.096/2019**.

O Sr. Hilton Coelho: Contra o meu voto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Desculpe, deputado.

Aprovado com o voto contrário do deputado Hilton Coelho.

PROJETO DE LEI N.º 23.096/2019

Altera a Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 2º do art. 20 da Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 -

§ 2º - O docente em regime de tempo integral com dedicação exclusiva poderá exercer cargo em comissão ou função gratificada na Universidade ou função de Secretário Estadual e de Ministro de Estado, hipóteses em que poderá afastar-se, total ou parcialmente, das atividades de ensino, pesquisa ou extensão, devendo fazer opção de remuneração nos termos da legislação em vigor.

.....” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em discussão única e votação, o Projeto de Lei n.º 22.998/2018, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo a ser celebrado entre a empresa Baiana de Águas e Saneamento, Embasa, e a KFW, e dá outras providências.

Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Saúde e Saneamento; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo, para relatar a matéria, o deputado Zé Cocá.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Designo, para relatar a matéria, o deputado Zé Cocá.

O Sr. ZÉ COCÁ: Passo a relatar o parecer.

(Lê) *“PARECER Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Saúde e Saneamento, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.998/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de*

crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e a KFW Entwicklungsbank, e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, encaminhada a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetiva obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa, o Poder Executivo, ‘prestar contragarantia à União, visando a obtenção de garantias na operação de crédito externa a ser celebrada entre Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A – EMBASA e a KFW Entwicklungsbank, para financiar o Programa de Saneamento com uso energético de biogás no tratamento de esgotos da Região Metropolitana de Salvador’, conforme registra o Chefe do Poder Executivo na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que o projeto ‘visa expandir o serviço de saneamento, elevar o índice de cobertura e otimizar o tratamento de esgotos com uso de biogás para geração de energia elétrica, consolidando, assim, o compromisso do Estado da Bahia no oferecimento de esgotamento sanitário mais sustentável e econômico.’

O projeto propõe, no seu art. 3º, como contragarantia à União, receitas de impostos, entre as quais a cota-parte do Estado sobre o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, bem como de receitas de impostos instituídos pelo Estado, em conformidade ao disposto no § 4º do art. 167 da Constituição Federal.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2019.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Peço vista do Parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu queria agradecer, imensamente, aos deputados e as deputadas, porque, hoje, mais uma vez, votamos dois projetos ou, pelo menos, um deles.

Hoje, iniciamos este projeto da Embasa extremamente importante.

Agradeço a participação e a sensibilidade, também, da Bancada da Minoria que entendeu a importância do projeto de lei do estatuto do magistério e encaminhou o voto no sentido da regulamentação desta questão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Aguardando o nosso presidente que acabou de chegar.

(O Sr. Presidente adentra ao plenário.)

O deputado Targino já pediu vista e a mesma já foi concedida pela Presidência.

Não havendo mais nada a tratar na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.